

# 1 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

## 1.1 Diretrizes Contábeis

O Balanço Geral do Município de Erechim, CNPJ nº 87.613.477/0001-20, estabelecido na Praça da Bandeira, 354, Centro, compreende as ações governamentais executadas por todos os órgãos e entidades integrantes do Orçamento do Município.

As demonstrações que compõe o Balanço Geral foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, da Lei 5.037/2011 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Erechim para o exercício de 2012; da Lei 5.105/2011 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2012; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade; e quando cabível, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no que diz respeito às exigências aos Municípios para o exercício de 2012, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e outras normas que regulam o assunto.

As Demonstrações Contábeis de 2012 ainda foram elaboradas de acordo com os modelos previstos na Lei nº 4.320/64. Os novos modelos propostos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público serão aplicadas no exercício de 2013, prazo estipulado pela Portaria STN 406/2011 para adoção pelos Municípios.

Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Geral do Município referente ao exercício de 2012 é composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, exigidos pela Lei 4.320/64 e complementado por notas explicativas.

O Balanço Orçamentário, definido na Lei 4.320/64, demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas e as diferenças apuradas e as despesas (incluídos os créditos adicionais) previstas, executadas e as diferenças apuradas.

O Balanço Financeiro demonstra as receitas orçamentárias segundo as Categorias Econômicas e as despesas orçamentárias segundo as Funções. Além de demonstrar as receitas e as despesas orçamentárias, evidencia os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município de Erechim em 31 de dezembro de 2012. Pelo Balanço é possível conhecer quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e o valor do Patrimônio Líquido do município.

Por exigência da Lei 4.320/64, os Ativos foram segregados em financeiros (numerários e ativos cuja movimentação independa de autorização legislativa) e não-financeiros (ativos que dependam de autorização legislativa para serem adquiridos ou alienados); a soma dos montantes desses bens e direitos forma o conceito de Ativo Real. Por outro lado, os passivos segregam-se em financeiros

(obrigações cujo pagamento independa de autorização legislativa) e não-financeiros (dívida fundada e demais passivos que dependa de autorização legislativa para serem honrados); a soma das obrigações forma o Passivo Real. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

## **1.2 Mudanças de Critérios Contábeis**

Em 2012, houve mudança na forma de contabilização da Dívida Ativa. Até 2011 era registrado no Ativo o valor original corrigido monetariamente pela variação da URM – Unidade de Referência Municipal, estabelecida pela Lei Municipal nº 3.374/2001. A partir de 2012 mudou-se o procedimento, incluindo-se no valor da Dívida Ativa também as multas e juros devidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial.

A mudança foi realizada para adequar os valores registrados no Ativo às Normas Contábeis, especialmente na Parte III do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Tal registro implicou num aumento de R\$ 6.782.502,63 nos valores da Dívida Ativa registrados no Ativo, em contrapartida a um aumento de mesmo valor nas contas de receitas, impactando positivamente no resultado patrimonial do Município.

## **1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores**

No ano de 2012 não foram efetuados ajustes de exercícios anteriores.

## **1.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **1.4.1 Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

### **1.4.2 Créditos em Circulação**

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

### **1.4.3 Bens e Valores em Circulação e Valores Realizáveis a Longo Prazo**

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa, foram avaliados pelo valor original.

#### **1.4.4 Provisão Para Perdas da Dívida Ativa**

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

#### **1.4.5 Investimentos**

Os valores referentes às participações do Município na RFFSA – Rede Ferroviária Federal, CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica e Brasil Telecon SA são avaliadas pelo método do custo, sendo os valores da CEEE e Brasil Telecon atualizados pelo valor das ações no último dia do ano.

#### **1.4.6 Imobilizado**

Os valores registrados no Ativo Imobilizado, bem como a respectiva depreciação acumulada são originados do sistema de patrimônio do Município, que controla os bens de forma analítica, sendo que a contabilidade efetua os registros com base nestas informações. No que se refere aos bens móveis, as taxas de depreciação de cada grupo sintético do imobilizado, bem como o valor residual dos bens seguem o disposto no Decreto municipal nº 3.653 de 15 de julho de 2011, que normatiza os procedimentos do registro à baixa dos bens patrimoniáveis móveis da administração direta do Município.

#### **1.4.7 Obrigações em circulação e empréstimos e financiamentos de longo prazo**

As obrigações em circulação e o valor dos empréstimos e financiamentos a longo prazo representam o valor devido pelo município no final do exercício.

#### **1.4.8 Provisões**

As provisões foram constituídas com base nas informações do departamento de recursos humanos e representam o valor devido de férias, décimo terceiro salário e encargos sociais no final do exercício.

### **1.5 Informação adicional sobre itens constantes nas Demonstrações Contábeis**

As informações adicionais visam esclarecer os itens apresentados no corpo das Demonstrações Contábeis a fim de auxiliar na compreensão e comparação com as apresentadas por outras entidades do setor público.

#### **1.5.1 Disponível**

O disponível contempla o numerário e os valores depositados nas contas correntes bancárias com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 31 de dezembro, as disponibilidades estavam assim distribuídas:

Conta	2011	2012	Variação %
Caixa e bancos	1.978.012,88	1.673.971,39	-15,37%
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>21.176.098,11</b>	<b>18.691.530,22</b>	<b>-11,73%</b>
Poupanças	1.960.694,85	0,00	-100,00%
Fundo de Aplicação Financeira	19.215.403,26	18.691.530,22	-2,73%
<b>TOTAL</b>	<b>23.154.110,99</b>	<b>20.365.501,61</b>	<b>-12,04%</b>

### 1.5.2 Créditos em circulação

Os valores registrados em créditos em circulação são os decorrentes de direitos realizáveis até o término do exercício seguinte. Destaca-se os valores a receber da União de R\$ 255.034,55, decorrentes de contratos de repasse em que as obras já estão em execução com os contratos já devidamente assinados, só faltando o Governo Federal efetuar a transferência dos recursos.

Também consta como créditos a receber o valor de R\$ 876.529,66 de compensação de INSS que será efetivada em 2013. Este crédito é decorrente do pagamento da alíquota de SAT – Seguro de Acidente de Trabalho de 2% sobre a folha de pagamento no período de 2008 a 2012. Em 2012, a Procuradoria Jurídica, juntamente com a Secretaria de Administração mudou o entendimento, enquadrando o Município como baixo risco de acidente de trabalho reduzindo o percentual para 1% do valor da folha e determinado a compensação do valor pago a maior nos últimos cinco anos.

Do valor pago a maior no período, o município compensou R\$ 3.234.999,20 em 2012, restando R\$ 876.529,66 a compensar em 2013.

### 1.5.3 Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição/produção/construção e abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros.

O método para a mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no Balanço Patrimonial são provenientes do sistema de almoxarifado da Prefeitura Municipal.

Os estoques do Município de Erechim compreendem os seguintes itens:

Conta	2011	2012	Variação %
Material de Consumo	896.293,86	792.472,35	-11,58%
Gêneros Alimentícios	40.182,40	38.737,38	-3,60%
Materiais de Construção	484.841,54	416.837,98	-14,03%
Autopeças	568.468,46	414.702,08	-27,05%
Medicamentos e Materiais Hospitalares	14.716,93	19.052,03	29,46%
Material de Expediente	234.938,52	197.379,88	-15,99%
Estoques Diversos	27.581,74	3.415,06	-87,62%
<b>TOTAL</b>	<b>2.267.023,45</b>	<b>1.882.596,76</b>	<b>-16,96%</b>

### 1.5.4 Dívida ativa

A inscrição em Dívida Ativa segue os procedimentos descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos. Inicialmente, os créditos são inscritos no Ativo Realizável a Longo Prazo, posteriormente são reclassificados para Curto Prazo de acordo com a expectativa de sua realização.

O montante a ser lançado no curto prazo foi determinado pelo fluxo histórico de recebimentos e expresso pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios, conforme procedimento descrito no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. O lançamento de transferência é efetuado sempre no primeiro dia útil do ano seguinte para que o valor a receber no curto prazo corresponda ao dobro da média dos recebimentos, já que nesta data são praticamente dois anos até o término do exercício social seguinte.

Em 31/12/2012 estavam registrados no curto e longo prazo os seguintes valores da dívida ativa.

Conta	2011	2012	Variação %
Dívida Ativa Curto Prazo	R\$ 5.214.018,12	R\$ 8.030.870,03	54,02%
Dívida Ativa de Longo Prazo	R\$ 5.454.939,67	R\$ 11.228.113,18	105,83%
<b>TOTAL DÍVIDA ATIVA</b>	<b>R\$ 10.668.957,79</b>	<b>R\$ 19.258.983,21</b>	<b>80,51%</b>

Houve um aumento significativo nos valores da Dívida Ativa de 2011 para 2012 em razão da inclusão das multas e juros devidos até o encerramento do Balanço Patrimonial. Tal fato implicou num aumento de R\$ 6.782.502,63 no valor da Dívida Ativa. Este procedimento foi adotado para adequar os valores do Ativo às Normas Contábeis, especialmente na Parte III do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

Já a Provisão para Perdas da Dívida Ativa seguiu a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados descrito na Parte III do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e foi calculada sobre o valor inscrito no longo prazo. As bases para a mensuração são apresentadas a seguir:

POSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA			
Mês	ANO DE 2010	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Janeiro	11.278.938,77	11.721.860,07	11.946.721,08
Fevereiro	11.231.646,11	11.168.150,09	11.874.034,22
Março	11.033.409,74	11.096.566,03	12.289.495,93
Abril	10.817.508,99	11.156.480,46	11.985.095,42
Maio	10.957.359,20	11.009.780,65	11.765.709,27
Junho	10.406.701,16	10.865.345,25	11.606.454,68
Julho	10.119.854,33	10.874.637,02	11.493.295,86
Agosto	10.368.643,35	10.375.518,88	11.392.346,63
Setembro	10.454.124,39	10.530.013,35	11.281.398,32
Outubro	10.249.974,13	10.411.385,81	11.124.238,51
Novembro	9.951.195,39	10.301.298,20	11.998.013,42
Dezembro	10.466.412,33	10.668.957,79	19.258.983,21
<b>a) Total</b>	<b>127.335.767,89</b>	<b>130.179.993,60</b>	<b>148.015.786,55</b>
<b>b) Média Mensal (a/12)</b>	<b>10.611.313,99</b>	<b>10.848.332,80</b>	<b>12.334.648,88</b>

A tabela anterior apresenta a média anual dos saldos da posição da dívida em cada mês dos últimos três anos. Assim, em 2012, a posição mensal média da dívida ativa foi de R\$ 12.334.648,88.

Seguindo o procedimento descrito no Manual de Contabilidade necessita-se também da média percentual de recebimentos passados apresentadas abaixo.

<b>RECEBIMENTOS DA DÍVIDA ATIVA</b>			
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>c) Total de recebimentos</b>	<b>3.221.134,70</b>	<b>4.877.667,65</b>	<b>3.474.805,77</b>
<b>d) Média mensal (c/12)</b>	<b>268.427,89</b>	<b>406.472,30</b>	<b>289.567,15</b>
<b>e) Média ponderada de recebimentos (d/b x 100)</b>	<b>2,53%</b>	<b>3,75%</b>	<b>2,35%</b>
<b>Média ponderada % de recebimentos</b>			<b>2,87%</b>

A tabela acima mostra que a Prefeitura consegue cobrar, em média, 2,87% do valor inscrito em dívida ativa de longo prazo, por mês. Assim a provisão foi constituída admitindo-se um percentual de perda de 97,13% (100% - 2,87%). Para 2012, o cálculo da provisão para perdas da dívida ativa é apresentada a seguir.

<b>CÁLCULO DA PROVISÃO</b>	
Saldo final da dívida de longo prazo em 31/12/2012	11.228.113,18
Índice de Provisão	97,13%
<b>Valor da provisão para perdas da Dívida Ativa</b>	<b>10.905.337,64</b>

### **1.5.5 Empréstimos e financiamentos de longo prazo**

Os valores a receber de empréstimos e financiamentos a longo prazo referem-se a empréstimos concedidos pelo Município para financiamentos habitacionais. Este valor foi financiado pela Caixa Econômica Federal por intermédio da Prefeitura e o valor arrecadado é usado para o pagamento da dívida junto a CEF registrada no Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo.

### **1.5.6 Créditos a receber – longo prazo**

Referem-se a financiamentos concedidos pelo Município a empresas que adquiriram lotes do Distrito Industrial, no valor de R\$ 829.352,52, bem como valores a receber no longo prazo e que não foram inscritos em Dívida Ativa, que representam R\$ 219.864,40 do total.

### **1.5.7 Investimentos**

Os investimentos são avaliados pelo método do custo e, quando possível, atualizados para o valor de mercado na data do Balanço Patrimonial e representam as participações do Município na RFFSA – Rede Ferroviária Federal, CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica e Brasil Telecon SA.

### **1.5.8 Imobilizado**

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

No Município de Erechim, o imobilizado é composto pelos seguintes grupos de contas e valores.

Contas	2011	2012	Variação %
Bens Imóveis – edifícios	21.495.538,27	25.562.610,46	18,92%
Bens Imóveis – terrenos	7.820.137,26	9.580.137,26	22,51%
Bens Imóveis – obras em andamento	1.775.612,25	2.805.340,46	57,99%
<b>Total de Bens Imóveis</b>	<b>31.091.287,78</b>	<b>37.948.088,18</b>	<b>22,05%</b>
Bens Móveis	49.621.797,59	47.042.534,31	-5,20%
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	-7.946.147,54	-16.276.648,35	104,84%
<b>Total de Bens Móveis</b>	<b>41.675.650,05</b>	<b>30.765.885,96</b>	<b>-26,18%</b>
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>72.766.937,83</b>	<b>68.713.974,14</b>	<b>-5,57%</b>

Os bens móveis registrados no ativo imobilizado com vida útil econômica limitada são depreciados pelo método linear, conforme tabela de depreciação e valor residual estabelecida no Decreto 3.653 de 15 julho de 2011 apresentada a seguir.

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
14212.04.00	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
14212.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
14212.08.00	Apar.,Equip. e Utens.Med.Odont.Labor. e Hosp.	15	20%
14212.10.00	Aparelhos e Equip. P/ Esportes e Diversões	10	10%
14212.12.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
14212.13.00	Armazéns Estruturais – Coberturas de Lona	10	10%
14212.14.00	Armamentos	20	15%
14212.18.00	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
14212.19.00	Discotecas e Filmotecas	5	10%
14212.24.00	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
14212.26.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
14212.28.00	Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	20	10%
14212.30.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
14212.32.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
14212.33.00	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
14212.34.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
14212.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
14212.36.00	Máquinas, Instalações e Utens. de Escritório	10	10%
14212.38.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
14212.39.00	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
14212.40.00	Maq.Equip.Utensílios Agri/Agrop. e Rodoviários	10	10%
14212.42.00	Mobiliário em Geral	10	10%
14212.48.00	Veículos Diversos	15	10%

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
14212.49.00	Equipamentos e Material Sigiloso e Reservado	10	10%
14212.50.00	Veículos Ferroviários	30	10%
14212.51.00	Peças Não Incorporáveis e Imóveis	10	10%
14212.52.00	Veículos de Tração Mecânica	15	10%
14212.54.00	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10%
14212.57.00	Acessórios para Automóveis	5	10%
14212.58.00	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%
14212.60.00	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%
14212.83.00	Equipamentos e Sistema de Prot.Vig. Ambiental	10	10%

Como a depreciação começou a ser efetuada somente em 2011, estabeleceu-se como data de corte, ou seja, a data a partir do qual os bens passaram a ser registrados conforme a tabela acima, o dia 01 de janeiro de 2011. Os bens registrados antes desta data foram depreciados pela metade da vida útil, por se tratar de bens usados. Tal procedimento está previsto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Parte II Procedimentos Contábeis Patrimoniais, que estabelece que se o bem já tenha sido usado anteriormente à sua posse pela Administração Pública, pode-se estabelecer como novo prazo de depreciação, metade da vida útil dessa classe de bens. Como a depreciação começou em 2011, e os bens adquiridos até 2010 já estavam em uso, optou-se por depreciar todos os bens móveis adquiridos até esta data pela metade da vida útil restante.

Já para os bens adquiridos a partir de 2011, a depreciação foi calculada de acordo com a tabela estabelecida no Decreto 3.653/2011.

Quanto aos bens imóveis, o Departamento de Patrimônio ainda não terminou a reavaliação destes bens onde deverá ser determinado o seu valor e vida útil. Quando o Departamento responsável tiver estas informações, estes bens passarão a ser depreciados normalmente e os registros passarão a ser efetuados na contabilidade.

### 1.5.9 Depósitos

Os depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros ao Município e não devolvidos até 31/12/2012. Tais recolhimentos foram efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

Depósitos	2011	2012	Varição %
Consignações	946.856,23	1.127.165,50	19,04%
Cauções	621.238,00	767.692,66	23,57%
Retenções Seguridade Social	78.114,92	106.580,62	36,44%
<b>Total</b>	<b>1.646.209,15</b>	<b>2.001.438,78</b>	<b>21,58%</b>

### 1.5.10 Obrigações em circulação

As obrigações em circulação são constituídas pelos seguintes itens:

Obrigações em Circulação	2011	2012	Varição %
Restos a pagar processados	7.613.945,40	4.402.044,36	-42,18%
Restos a pagar não processados	7.064.719,88	6.096.863,19	-13,70%
Provisões	7.337.025,65	9.406.593,44	28,21%
Precatórios a pagar	1.749.493,69	384.906,18	-78,00%
Operações de crédito	0,00	400.000,00	100,00%
Outras obrigações	0,00	133.014,37	100,00%
<b>Total</b>	<b>23.765.184,62</b>	<b>20.823.421,54</b>	<b>-12,38%</b>

Pela importância, destaca-se os valores dos restos a pagar, que representam 50,42% do total das obrigações em circulação no ano de 2012 e compreendem os restos a pagar processados, que são as despesas liquidadas e não pagas, e os restos a pagar não processados, que compreendem as despesas empenhadas e não liquidadas até a data do encerramento do exercício financeiro.

As provisões referem-se a férias não pagas e são constituídas com base nos valores devidos pelo Município em 31/12/2012 e incluem o salário, 1/3 de férias e encargos sociais.

Já os precatórios a pagar referem-se a valores a serem pagos em virtude de decisão judicial transitada em julgada em que o Município foi condenado ao pagamento. Estes valores também foram incluídos no orçamento de 2013.

As operações de crédito compreendem o valor devido no curto prazo de financiamentos habitacionais com a Caixa Econômica Federal e que serão pagos em 2013. Já as outras obrigações referem-se ao parcelamento junto a Rio Grande Energia de pagamentos não realizados no vencimento pela Fundação Hospitalar Santa Terezinha e que foram assumidos pelo Município de Erechim.

### 1.5.11 Valores pendentes a curto prazo

Os valores registrados como pendentes a curto prazo representam receitas depositadas nas contas bancárias do município e que não haviam sido identificadas até 31/12/2012. A medida que os valores vão sendo identificados os valores são baixados desta conta.

### 1.5.12 Passivo Exigível a Longo Prazo

No passivo exigível a longo prazo são registradas as dívidas de longo prazo do Município, ou seja, dívidas com vencimento a partir de 01/01/2014. Em 31/12/2012 este grupo estava composto pelas seguintes dívidas:

Dívidas de Longo Prazo	Valor em 2012	Taxa Média Ponderada de Juros	Vencimento Máximo
Financiamento CEF	462.709,34	5,43% a.a.	09/2016
Precatórios a pagar	5.999,61	0,00%	12/2014
<b>Total</b>	<b>468.708,95</b>		

### 1.5.13 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, representa a diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real. No município de Erechim, o Patrimônio Líquido apresentou as seguintes movimentações no exercício de 2012.

<b>Saldo Inicial do Patrimônio em 01/01/2012</b>	<b>86.118.597,71</b>
(-) Prejuízo do Exercício Apurado em 2012	-856.187,29
<b>Saldo Final do Patrimônio em 31/12/2012</b>	<b>85.262.410,42</b>

### 1.5.14 Ativo e Passivo compensado

No Ativo e Passivo Compensados são registrados os atos potenciais do Ativo e Passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o Patrimônio. No caso do Município de Erechim, foram registrados os valores dos precatórios a serem pagos em 2013 e os valores de adiantamentos em que não houve prestação de contas no ano de 2012.

Erechim, 31 de dezembro de 2012.

---

Paulo Alfredo Polis  
 Prefeito Municipal  
 CPF: 428.516.290-34

---

Edson Luis Kammler  
 Contador – CRC nº 198.110/O-8  
 CPF: 688.888.050-87